



**ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÇARRA
GABINETE DO PREFEITO**

LEI MUNICIPAL Nº 054/2001

Piçarra, 10 de Setembro de 2001.

**DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO
DA LEI ORÇAMENTARIA PARA EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO
DE 2002 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PIÇARRA, Estado do Pará, república
Federativa do Brasil,**

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a Seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as diretrizes orçamentarias do Município de Piçarra para o exercício de 2002, o qual compreende:

- I – as prioridades e metas da administração pública municipal;
- II – a estrutura e organização dos documentos;
- III – as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do município e suas alterações;
- IV – as disposições relativas às despesas do município com pessoal e encargos sociais;
- V – as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
- VI – as disposições gerais.

CAPÍTULO I

**DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
MUNICIPAL**

Art. 2º O poder Público terá como prioridade, a elevação da qualidade de vida e a redução das desigualdades sociais no território do município, balizados no desenvolvimento sustentável e na gestão fiscal responsável dos recursos públicos que serão viabilizados em consonância e/ou através de ações e metas que visem:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÇARRA
GABINETE DO PREFEITO

- I – O equilíbrio entre receitas e despesas;
- II – o estímulo à formação de cadeias produtivas através da verticalização tanto mineral, hídrico, pecuário, agroflorestal e à promoção do desenvolvimento do turismo e da indústria, comércio e serviços, contribuindo para geração de emprego e renda.
- III – a contribuição para fortalecimento da ciência e o desenvolvimento e a difusão de tecnologias alternativas para exploração racional dos recursos naturais.
- IV – a articulação para a elevação da qualidade estrutural e dos resultados econômicos e sociais dos investimentos, através da realização de parcerias com outras esferas do governo, com a iniciativa privada e com a sociedade civil organizada.
- V – a contribuição para a melhoria dos indicadores sociais.
- VI – melhoria do atendimento das necessidades básicas da população nas ações de segurança e justiça, educação e cultura, habilitação e urbanismo, saúde e saneamento.

Art. 3º – Os produtos relativos às prioridades e metas mencionadas no artigo anterior estão especificados no Anexo de metas e prioridades que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentaria de 2002, não se constituindo, todavia, em limite à programação de despesas.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I – Programa, o instrumento de organização e planejamento da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores especificados na lei orçamentaria;
- II – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resultam um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- III – Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

§ 1º - cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades e projetos, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÇARRA
GABINETE DO PREFEITO

§ 2º - As atividades e projetos serão desdobrados em subtítulos, especialmente para especificar sua localização física integral ou parcial, não podendo haver alteração das respectivas finalidades e da denominação das metas estabelecidas.

§ 3º - Cada atividade e projeto identificará a função, o programa e o sub-programa aos quais se vinculam.

Art. 5º - Os orçamentos fiscais e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível com suas respectivas dotações, indicando a sua natureza e especificando a esfera orçamentária, a fonte de recursos e os grupos de despesa conforme a seguir discriminados:

- 1 - Pessoal e encargos sociais;
- 2 - Juros e encargos da dívida;
- 3 - Outras despesas correntes;
- 4 - Investimentos;
- 5 - Inversões financeiras
- 6 - Amortização da dívida; e
- 7 - outras despesas de Capital.

Art. 6º - As metas físicas serão indicadas em nível de subtítulo e agregadas segundos os respectivos projetos e atividades e constarão do demonstrativo a que se refere o artigo 10, § 1º, inciso XII, desta Lei.

Art. 7º - Os orçamentos fiscais e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, a correspondente execução orçamentária e financeira deverá ser registrada integralmente no Sistema de Contabilidade Pública Municipal.

Art. 8º - A lei orçamentária discriminará em categoria de programação específica as dotações destinadas:

- I - Às ações de saúde e assistência social;
- II - Ao pagamento de benefícios da previdência, para cada categoria de benefícios;
- III - Às ações em favor das pessoas portadoras de deficiência e aos idosos;
- IV - Às ações de alimentação escolar;
- V - Às despesas com auxílios, outras formas de assistência geral e assistência médica e odontológica no âmbito dos poderes, inclusive das entidades da administração indireta que recebem recursos à conta dos orçamentos fiscais e da seguridade social;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÇARRA
GABINETE DO PREFEITO

VI – Ao atendimento das operações realizadas no âmbito da dívida do Município;

VII – Ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos; e

VIII – As despesas com publicidade, propaganda oficial.

§ 1º - O disposto no inciso V deste artigo aplica-se, igualmente, aos órgãos e entidades que prestem, total ou parcialmente, os referidos benefícios aos seus servidores e dependentes, por intermédio de serviços próprios.

§ 2º - A inclusão de recursos da lei orçamentária e em seus créditos adicionais para atender às despesas de que trata o inciso V deste artigo fica condicionada à informação do número de beneficiados nas respectivas metas.

Art. 9º - O projeto de lei que consubstancia a proposta orçamentária do Município para o exercício de 2002 deverá ser encaminhada à Câmara Municipal até o dia 30/10/2001.

Art. 10 - O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal e a respectiva lei será constituída de:

I – Texto da lei;

II – Quadros orçamentários consolidados;

III – Anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;

IV – Discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social.

§ 1º - Os quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, previsão os seguintes:

I – Evolução da receita do Tesouro Municipal, segundo as categorias econômicas e seu desdobramento em fontes;

II – Evolução da despesa do Tesouro Municipal, segundo as categorias econômicas e grupos de despesa;

III – Resumo das receitas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;

IV – Resumo das despesas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;

V – Receita e despesa, dos orçamentos fiscais e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo categoria econômica, conforme o Anexo I da Lei no 4.320, de 1964, e suas alterações;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÇARRA
GABINETE DO PREFEITO

VI – Receitas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, isolada e conjuntamente, de acordo com a classificação constante do Anexo II da Lei no 4320, de 1964, e suas alterações;

VII – Despesas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo Poder e órgão, por grupo de despesa e fonte de recursos;

VIII – Despesas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo a função, programa, sub-programa e grupo de despesa;

IX – Recursos do Tesouro Municipal, diretamente arrecadados, nos orçamentos fiscais e da seguridade social, por órgão;

X – Programação referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição, em nível de órgão, detalhando fontes e valores por categorias de programação:

XI – Fontes de recursos por grupos de despesas; e

XII – Despesas dos orçamentos fiscais e da seguridade social segundo os programas de governo, com os seus objetivos e indicadores para aferir os resultados esperados, detalhado por atividades e projetos, com a identificação das metas, se for o caso, e unidades orçamentárias executoras.

§ 2º - A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá:

I – Análise da situação do Município no contexto e como reflexo da conjuntura econômica do País em 2001, com indicação do cenário macroeconômico para 2002 e suas implicações sobre a proposta orçamentária;

II – Resumo da política econômica e social do governo municipal e suas estratégias ante ao cenário estadual e nacional;

III – Avaliação dos resultados primário e nominal implícitos no projeto de lei orçamentária para 2002, conjugando com os estimados para 2001 e os observados em 2000;

IV – Justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa.

§ 3º - O Poder Executivo disponibilizará para conhecimento público, até trinta dias após o encaminhamento à Câmara Municipal, podendo ser por meios eletrônicos, o projeto de lei orçamentária, incluindo os anexos a que se refere este artigo e demonstrativos contendo as seguintes informações complementares:

I – As categorias de programação constantes da proposta orçamentária consideradas como despesa financeira para fins de cálculo do resultado primário;

II – Os resultados correntes dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

III – Os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, de forma a caracterizar o cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal, detalhando fontes e valores por categoria de programação;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÇARRA
GABINETE DO PREFEITO

IV – O detalhamento dos principais custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos, para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados;

V – A despesa com pessoal e encargos sociais, por Poder, órgão e total, executada nos últimos três anos, a execução provável em 2002 e o programado para 2001, com a indicação da representativas percentual do total e por Poder em relação à receita corrente líquida, tal como definida na Lei Complementar no 101, de 2000.

VI – A memória de cálculo das estimativas do gasto com pessoal e encargos sociais, por órgão, e no exercício, explicando as hipóteses quanto ao crescimento vegetativo, concursos públicos reestruturação de carreiras, reajustes gerais e específicos e ao aumento ou diminuição do número de serviços;

VII – A memória de cálculo da estimativa das despesas com amortização e com juros e encargos da dívida pública municipal;

VIII – A situação observada no exercício de 2000 em relação aos limites e condições de que trata o art. 167, inciso III, da Constituição;

IX – O efeito decorrente de isenções e de quaisquer outros benefícios tributários, indicando, por tributo e por modalidade de benefício contido na legislação do tributo, a perda de receita que lhes possa ser atribuída;

X – O demonstrativo da receita nos termos do art. 12 da Lei Complementar no 101, de 2000, destacando-se os principais itens de:

- a) – Impostos;
- b) – Taxas;
- c) – Contribuições; e
- d) – Concessões e permissões.

XI – A correspondência entre os valores das estimativas de cada item de receita, de acordo com o detalhamento a que se refere o inciso VI do § 1º deste artigo, e os valores das estimativas de cada fonte de recurso a que se refere o art. 26 desta Lei;

XII – A evolução das receitas diretamente arrecadadas nos três últimos anos, por órgão e unidade orçamentária, a execução provável para 2001 e a estimada para 2002, separando-se, para estes dois últimos anos, as de origem financeira das origem não-financeira, utilizadas no cálculo a que se refere o inciso III do § 2º deste artigo;

XIII – A metodologia e a memória de cálculo da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária;

XIV – Os pagamentos, por fonte de recursos, relativos aos Grupos de Despesa “juros e encargos de dívida” e “amortização da dívida”, realizados nos últimos três anos, sua execução provável em 2001 e o programado para 2002;

XV – A memória de cálculo da reserva de contingência;

XVI – A memória de cálculo dos recursos do município destinados ao Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, e o montante dos recursos a serem recebidos da União a título de complementação;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÇARRA
GABINETE DO PREFEITO

XVII – A memória de cálculo do montante de recursos para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, a que se refere o art. 212 da Constituição Federal;

XVIII – Os subtítulos de projeto em andamento, cuja execução financeira, até 30 de junho de 2000, ultrapasse vinte por cento do seu custo total estimado, informando o percentual de execução e o custo total, para fins do que estabelece o art. 20 desta Lei;

XIX – A relação das ações que constituem despesas obrigatórias de caráter continuado, de que trata o art. 17, da Lei Complementar no 101, de 2000;

§ 4º - Os valores constantes dos demonstrativos previstos no parágrafo anterior serão elaborados a preços da proposta orçamentária, explicitada a metodologia utilizada para sua atualização.

§ 5º - O Poder Executivo poderá enviar à Câmara Municipal os projetos de lei orçamentária e dos créditos adicionais em meio eletrônico com sua despesa setORIZADA e discriminada, no caso do projeto de lei orçamentária, por elemento de despesa.

§ 6º - A Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal terá acesso a todos os dados utilizados na elaboração da proposta orçamentária.

§ 7º - Os demonstrativos e informações complementares exigidos por esta Lei identificarão, logo abaixo do respectivo título, o dispositivo a que se referem.

§ 8º - O projeto de lei orçamentária demonstrará a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para 2001, em valores correntes e em termos de percentual da receita corrente líquida, destacando-se pelo menos aquela relativa aos gastos com pessoal e encargos sociais.

Art. 11 - Para efeito do disposto no artigo anterior, o Poder Legislativo encaminhará à Secretaria Municipal de Finanças, até 30 de setembro, sua proposta orçamentária, para fins de consolidação ao projeto de lei orçamentária.

Art. 12 - O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo 10 (dez) dias antes do prazo estabelecido no artigo anterior, as estimativas das receitas para o exercício de 2001, inclusive da Receita Corrente Líquida e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 13 - Para efeito do disposto no art. 2º da EC n. 25/2000, que acresceu a art. 29-A à Constituição Federal, o total da despesa que constará da proposta orçamentária do Poder Legislativo não poderá ultrapassar a 8% (oito por cento) do somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º, do art. 135 e nos arts. 158 e 159 da CF, efetivamente realizado no exercício anterior.

Parágrafo único – No total das despesas serão incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÇARRA
GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO III
DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO
DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I
Das Diretrizes Gerais

Art. 14 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2002 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 15 - A Procuradoria Jurídica do Município e/ ou órgão assemelhado, sem prejuízo do envio das relações de dados cadastrais dos precatórios aos órgãos ou entidades municipais devedoras e ao Gabinete do Prefeito, encaminhará à Secretaria Municipal de Finanças, até 30 de setembro de 2001, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2002, recebidos conforme determina o art. 100, § 1º, da Constituição, discriminada por órgão da administração direta, autarquias e fundações, por grupo de despesas, conforme detalhamento constante do art. 5º desta Lei, especificando:

- a) - Número da ação originária;
- b) - Número do precatório;
- c) - Tipo de causa julgada;
- d) - Data da autuação do precatório;
- e) - Nome do beneficiário;
- f) - Valor do precatório a ser pago; e
- g) - Data do trânsito em julgado.

§ 1º - Os órgãos ou entidades devedores, referidos no *caput* deste artigo, comunicarão à Secretaria Municipal de Finanças, no prazo máximo de cinco dias contados do recebimento da relação dos débitos, eventuais divergências verificadas entre a relação e os processos que originaram os precatórios recebidos.

§ 2º - A relação dos débitos, de que trata o *caput* deste artigo, somente incluirá precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e atendam a pelo menos uma das seguintes condições:

- I - Certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução; e



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÇARRA
GABINETE DO PREFEITO

II – Certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.

Art. 16 - Na programação da despesa não poderão ser:

I – Fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II – Incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de uma unidade orçamentária;

III – Incluídas despesas a título de Investimentos – Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do art. 167, § 3º, da Constituição; e

IV – Transferidos a outras unidades orçamentárias os recursos recebidos por transferência.

Art. 17 - Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do art. 2º desta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000, somente incluirão projetos ou subtítulos de projetos novos se tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento.

§ 1º - Para fins de aplicação do disposto neste artigo, não serão considerados projetos com títulos genéricos que tenham constado de leis orçamentárias anteriores.

Art. 18 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com:

I – Ações que não sejam de competência exclusiva do Município, ao Estado e à União, ou com ações em que as Constituições e a Lei Orgânica não estabeleça a obrigação do Município em cooperar técnica e financeiramente; e

II – Pagamento, a qualquer título, a servidor da administração pública, por serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive custeados com recursos proveniente de convênios, acordos, ajuste ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais.

§ 1º - Os serviços de consultoria somente serão contratados para execução de atividades que comprovadamente não possam ser desempenhadas por servidores ou empregados da Administração Municipal, publicando-se, além do extrato do contrato, a justificativa e a autorização da contratação, no qual constará, necessariamente, custo total dos servidores, especificação dos serviços e prazo de conclusão.

Art. 19 - É verdade a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÇARRA
GABINETE DO PREFEITO

§ 1º - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar, além das provas de registro legal, declaração de funcionamento regular nos últimos cinco anos, emitida no exercício de 2001 por três autoridades locais e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º - É verdade, ainda, a inclusão de dotação global a título de subvenções sociais.

Art. 20 - A execução das ações de que trata o artigo anterior fica condicionada à autorização específica exigida pelo *caput* do art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 21 - Os orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, isolada e conjuntamente, conterão reserva de contingência, em valor cujo limite não poderá ultrapassar 5% (cinco por cento) da Receita Corrente Líquida estimada para o exercício de 2002.

Parágrafo único - A reserva de contingência referida no *caput* deste artigo será destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 22 - A Lei Orçamentária Anual contemplará recursos orçamentários destinados a garantir a exigência de contrapartida nas transferências voluntárias de recursos do Estado e da União, a título de cooperação, auxílios ou assistência financeira.

§ 1º - Caberá à Secretaria Municipal de Finanças através do setor competente:

I - Ultime as providências para o atendimento das exigências emanadas da legislação do Estado e da União em especial o disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 2000; e

II - Acompanhar a execução das atividades, projetos ou operações especiais e respectivos subtítulos, desenvolvidos com os recursos transferidos.

Art. 23 - As fontes de recursos aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução se realizadas por meio de ato do Chefe do poder Executivo.

Art. 24 - Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.

§ 1º - Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotação propostas sobre a execução das atividades e dos projetos e dos respectivos subtítulos e metas.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÇARRA
GABINETE DO PREFEITO

§ 2º - Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 3º - Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados à Câmara Municipal por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 4º - Os créditos adicionais aprovados pela Câmara Municipal serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei..

§ 5º - Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos de que trata o § 1º deste artigo conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentados de acordo com a classificação de que trata o art. 10, § 1º, inciso VI, desta Lei.

Art. 25 - Os recursos alocados na lei orçamentária, com a destinação prevista no inciso VII do art. 8º, desta Lei, somente poderão ser cancelados para a abertura de créditos adicionais com outra finalidade mediante autorização específica da Câmara Municipal.

Seção II

Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 26 - O Orçamento de Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas aos órgãos e entidades da administração direta e indireta, bem como fundos que atuem em ações de saúde, previdência e assistência social, e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

- I - Das contribuições sociais dos servidores públicos, bem como das obrigações patronais da administração pública;
- II - Das transferências do Sistema Único de Saúde;
- III - Das transferências do orçamento fiscal; e
- IV - Das demais receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos, fundos que integram, exclusivamente, o orçamento de que trata este artigo.

Art. 27 - No exercício de 2002 serão destinados para as ações e serviços de saúde, no mínimo, recursos equivalentes aos aplicados e apurados no balanço geral do exercício financeiro de 2000.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÇARRA
GABINETE DO PREFEITO

Art. 28 - Os Poderes Executivo e Legislativo terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias, para pessoal e encargos sociais, observado o art. 71 da Lei complementar no 101, de 2000,

Art. 29 - Para efeito de cálculo dos limites de despesa total com pessoal, por Poder e órgão, previstos na Lei Complementar no 101, de 2000, o Poder Executivo colocará à disposição da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas dos Municípios, conforme previsto no § 2º do art. 59, da citada Lei Complementar, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, a metodologia e a memória de cálculo da evolução da receita corrente líquida.

Art. 30 - No exercício de 2002, observado o disposto no art. 169 da Constituição, somente poderão ser admitidos servidores se:

- I - Existirem cargos vagos a preencher;
- II - Houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;
- III - For observado o limite previsto no artigo anterior.

Art. 31 - Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, II, da Constituição, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alteração de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, constantes de anexo específicos do projeto de lei orçamentária, observado o disposto no art. 71 da Lei Complementar no 101, de 2000.

Art. 32 - No exercício de 2002, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado noventa e cinco por cento dos limites referidos no art. 57 desta Lei, exceto no caso previsto no art. 57, § 6º, inciso II, da Constituição, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único - A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no *caput* deste artigo, é de exclusiva competência do Prefeito Municipal.

Art. 33 - O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar no 101, de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo único - Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do *caput*, os contratos de terceirização relativos a execução indireta de atividades que, simultaneamente:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÇARRA
GABINETE DO PREFEITO

I – Sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade; e

II – Não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 34 - A lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovada ou editada se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar no 101, de 2000.

Parágrafo único – Aplica-se à lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no *caput*, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas ou geração de novas receitas em valor equivalente.

Art. 35 – Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

§ 1º - Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei orçamentária:

I – Serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos;

II – Será apresentada programação especial de despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação.

§ 2º - Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, até o envio do projeto de lei orçamentária para sanção do Prefeito Municipal, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta dos referidos recursos serão canceladas, mediante decreto, até trinta dias após a sanção executiva à lei orçamentária, para aplicação seqüencial obrigatória e cancelamento linear, até ser completado o valor necessário para cada fonte de receita:

§ 3º - O poder Executivo procederá, mediante decreto, a ser publicado no prazo estabelecido no parágrafo anterior, a troca das fontes de recursos condicionadas constantes da lei orçamentária sancionada, cujas alterações na legislação foram aprovadas antes do encaminhamento do respectivo projeto de lei para sanção, pelas respectivas fontes definitivas.

Auto



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÇARRA
GABINETE DO PREFEITO

§ 4º - Aplica-se o disposto neste artigo às propostas de alteração na vinculação das receitas.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.36 - O Poder Executivo deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 37 - Caso seja necessário limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir a meta de resultado primário, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, prevista no art. 15 desta Lei será fixado separadamente percentual de limitação para o conjunto de “projetos” e “atividades” e calculada de forma proporcional à participação dos Poderes em cada um dos citados conjuntos, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.

§ 1º - Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, acompanhado da memória de cálculo, das premissas, dos parâmetros e da justificação do ato, o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 2º - Os Poderes Executivos e Legislativos, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, publicarão ato estabelecendo os montantes que, calculados na forma do *caput*, caberão aos respectivos órgãos na limitação do empenho e movimentação financeira.

Art. 38 - No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivas.

Art. 39 - Não serão objetos de limitação:

- I - As despesas que constituam obrigações constitucionais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida;
- II - Despesas correntes obrigatórias de caráter continuado; e
- III - Contrapartidas municipais a convênios e instrumentos congêneres firmados.

Art. 40 - Todas as receitas realizadas pelos órgãos e fundos, dos orçamento fiscal e da seguridade social, inclusive as diretamente arrecadadas, serão devidamente classificadas e contabilizadas no mês em que ocorrer o respectivo ingresso.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÇARRA
GABINETE DO PREFEITO

Art. 41 - As despesas orçamentárias dos órgãos e fundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social devem ser registradas no MSCP – Sistema de Contabilidade Pública Municipal, e sua efetiva liquidação obedecerá o regime de competência e as seguintes peculiaridades.

- I – Folha de pagamento – dentro do mês a que referir o pagamento;
- II – Fornecimento de material – pela data de entrega;
- III – Prestação de serviço – pela data da realização; e
- IV – Obras – na ocasião da medição.

Art. 42 – Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar no 101, de 2000:

I – As especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição;

II – Entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 43 - Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar no101, de 2000:

I – Considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere;

II – No caso de despesas relativas a prestação de serviços já existentes e destinados a manutenção da administração pública, considera-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado;

Art.44 – Os Poderes deverão elaborar e publicar até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2002, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do art. 8º da Lei Complementar no 101, de 2000, com vistas o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

§ 1º - Os atos de que trata o *caput* conterão cronogramas de pagamentos mensais à conta de recursos do Tesouro e outras fontes, por órgão, contemplando limites para a execução de despesas não financeiras.

§ 2º - No caso do Poder Executivo, o ato referido no *caput* e os que o modificarem conterão:

I – Metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar no 101, de 2000, incluindo seus desdobramento por fonte de receita e por fonte de recursos;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÇARRA
GABINETE DO PREFEITO

II – Metas quadrimestrais para o resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

III – Demonstrativo de que a programação atende a essas metas.

§ 3º - Inclusas as despesas com pessoal e encargos sociais, os cronogramas anuais de desembolso mensal do Poder Legislativo, terão como referencial o repasse previsto no art. 168, da Constituição, na forma de duodécimo.

Art. 45 - Os projetos de lei de créditos adicionais terão como prazo para encaminhamento à Câmara Municipal a data, improrrogável, de 31 de outubro de 2001.

Art. 46 - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único – A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária – financeira efetivamente ocorridas, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do *caput* deste artigo.

Art. 47 - O Poder Executivo, por intermédio da Secretaria Municipal de Finanças, deverá atender, no prazo máximo de dez dias úteis, contados da data de recebimento, as solicitações de informações encaminhadas pelo Presidente da Câmara Municipal, relativas a aspectos quantitativos e qualitativos de qualquer categoria de programação ou item de receita, incluindo eventuais desvios em relação aos valores da proposta que venham a ser identificados posteriormente ao encaminhamento do projeto de lei.

Art. 48 - O Projeto de Lei Orçamentária anual será devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

§ 1º - Na hipótese de o Projeto de Lei Orçamentária anual não haver sido sancionado até o dia 31 de dezembro de 2000, fica autorizada a execução da proposta orçamentária originalmente encaminhada à Câmara Municipal, observando-se o seguinte procedimento:

I – As dotações orçamentárias constantes da proposta serão liberadas mensalmente para movimentação, obedecendo aos seguintes limites:

- a) – No momento necessário para cobertura de despesas de Pessoal e Encargos Sociais, pagamento de benefícios de da previdência social, serviços da dívida, débitos precatórios, obras em andamento, contratos de serviços e contrapartidas municipais;
- b) 1/12 (um doze avos) dos demais grupos de despesa;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÇARRA
GABINETE DO PREFEITO

c) As despesas financiadas com receitas vinculadas e de operações oficiais de crédito poderão ser executadas até o limite da efetiva arrecadação dessas receitas.

§ 2º - Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude do procedimento do previsto neste artigo serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária, através da abertura de créditos adicionais, com base em remanejamento de dotações orçamentárias.

Art. 49- A proposição de dispositivo legal que crie órgãos, fundos, programas especiais ou similares, vinculando receita ou originando nova despesa, será submetida previamente à análise da Secretaria Municipal de Finanças, objetivando mensurar seus impactos e respectiva compensação dentro do processo de ajuste e equilíbrio fiscal.

Art. 50 - A Lei Orçamentária conterá autorização para abertura de créditos suplementares, conforme disposto no art. 7º, I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 51 - O Poder Executivo considerará automaticamente suplementada, pelo valor do seu excesso de arrecadação, as dotações que tenham como fonte de recursos receitas vinculadas, devendo baixar decreto à sua efetivação.

Art. 52 - Até vinte quatro horas após o encaminhamento à sanção executiva dos autógrafos do projeto de lei orçamentária e dos projetos de lei de créditos adicionais, o Poder Legislativo enviará ao Poder Executivo, os dados e informações relativos aos autógrafos, indicando:

I - Em relação a cada categoria de programação e grupo de despesa dos projetos originais, o total dos acréscimos e o total dos decréscimos, por fonte, realizados pela Câmara Municipal; e

II - As novas categorias de programação e, em relação a estas, os detalhamentos fixados no art. 5º desta Lei, as fontes e as denominações atribuídas.

Art. 53 - As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa, fontes de recursos, especificando o elemento de despesa.

Art. 54 - A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição, será efetivada mediante decreto do Prefeito Municipal.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÇARRA
GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo único – Na reabertura a que se refere o *caput* deste artigo, a fonte de recurso deverá ser identificada como saldos de exercício anteriores, independentemente da receita à conta da qual os créditos foram abertos.

Art. 55 - Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da Administração Pública Municipal direta e indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatório à apreciação da procuradoria Jurídica Municipal ou órgão equivalente, antes do atendimento da requisição judicial, observadas as normas e orientações a serem baixadas por aquela unidade.

Art 56 - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 57 - Para assegurar a composição dos 25% da receita resultante de impostos destinados constitucionalmente à manutenção e desenvolvimento do ensino, serão abatidos anualmente, até o dia 31 de dezembro, dos repasses efetivados ao Poder Legislativo e demais órgãos descentralizados e legalmente independentes, os valores referentes ao Imposto sobre Serviços e ao Imposto de Renda, retidos na fonte, incidentes sobre a prestação de serviços e rendimento pagos a qualquer título, respectivamente.

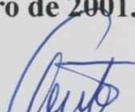
Art. 58 - Somente poderão ser inscritos em resto a pagar no exercício de 2002 as despesas empenhadas efetivamente realizadas até 31 de dezembro, cuja liquidação se tenha verificado no respectivo ano e que exista saldo financeiro para o efetivo pagamento.

Parágrafo único – Para fins do disposto nesse artigo, consideram-se realizadas as despesas em que a contraprestação em bens, serviços ou obras tenha efetivamente ocorrido no exercício e que estejam devidamente amparadas por títulos e documentos do respectivo crédito, conforme estabelecido no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 59 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.60 - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PIÇARRA, aos
10 dias do mês de Setembro de 2001.


ODOLFO PINTO DA MOTA
Prefeito Municipal

ANEXOS

01 - LEGISLATIVA

DESCRIÇÃO DA AÇÃO
<ul style="list-style-type: none">• <u>ADMINISTRAÇÃO</u>• <u>ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL</u> CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS: CURSOS, PALESTRAS, ESTÁGIOS, TREINAMENTOS E OUTROS NA SEDE DO MUNICÍPIO, EM OUTRAS CIDADES OU ESTADOS.• PARTICIPAÇÃO DE VEREADORES EM SEMINÁRIOS, CONGRESSOS, SIMPÓSIOS, PALESTRA E OUTROS.• MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL• CONCURSO PÚBLICO• PROCESSO LEGISLATIVO
<ul style="list-style-type: none">• <u>AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS</u>• CALCULADORAS, ARQUIVOS, MESAS, CADEIRAS, MÁQUINAS DE XEROX COPIADORAS, IMPRESSORAS, COMPUTADORES E GELADEIRAS• AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO
<ul style="list-style-type: none">• <u>FISCALIZAÇÃO EXTERNA</u>• CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS



02 – ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

- **ADMINISTRAÇÃO**
- **ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL**
 - RECICLAGEM DE PESSOAL.
 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS: CURSOS PALESTRAS, SEMINÁRIOS, ESTÁGIOS E OUTROS.
 - VERBAS NECESSÁRIAS AO PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS JUDICIAIS.
- **FINANÇAS**
 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CADASTRO IMOBILIÁRIO.
 - RECURSOS PARA PAGAMENTO DA DÍVIDA E ENCARGOS DO INSS .
 - FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE FINANÇAS.
 - REVISÃO DAS ALÍQUOTAS DOS IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIAS.
- **PLANEJAMENTO**
 - ALOCAÇÃO DE RECURSOS PARA VIABILIZAÇÃO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL.
- **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS**
 - COMPUTADORES, IMPRESSORAS, ARQUIVOS, MÁQUINA DE ESCREVER MANUAL E ELÉTRICA, MÁQUINAS CALCULADORAS MANUAIS E ELÉTRICAS, RELÓGIOS PARA PONTO, MESAS, ESCRIVANINHAS, CONDICIONADORES DE AR, TELEVISORES, FAX, APARELHOS TELEFÔNICOS, MÁQUINAS COPIADORAS.



03 – AGRICULTURA

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

- PRODUÇÃO ANIMAL
- IMPLANTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DA PRODUÇÃO DOS PROJETOS DE AGRICULTURA E PECUÁRIA.
- PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL.
- ASSISTÊNCIA TÉCNICA A MÉDIA E PEQUENOS CRIADORES DE ANIMAIS E A PEQUENOS AGRICULTORES.
- INCENTIVO AOS TRANSPORTES PARA ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES.
- FOMENTAR A PRODUÇÃO AGRÍCOLA, UTILIZANDO O MECANISMO DA EXTENSÃO RURAL, ATRAVÉS DE DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES E MUDAS SELECIONADAS E ASSISTÊNCIAS.
- FOMENTAR A INFRA-ESTRUTURA DE ARMAZENAMENTO
- FOMENTAR A INFRA-ESTRUTURA PARA A COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E PECUÁRIA.
- CADASTRAR NAS REGIÕES DO MUNICÍPIO DE PIÇARRA TRABALHADORES COM VOCAÇÃO NA AGRICULTURA DANDO INCENTIVO AOS MESMOS.



03 – AGRICULTURA

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

- AVAL POR PARTE DO MUNICÍPIO, EM FINANCIAMENTOS PARA PEQUENOS AGRICULTORES.
- FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS, FORNOS E DEMAIS UTENSÍLIOS NA PRODUÇÃO DE FARINHA DE MANDIOCA AOS PRODUTORES DA MESMA, NAS REGIÕES ONDE HOVER PRODUÇÕES.
- DESENVOLVIMENTO DA PESCA



04 – COMUNICAÇÃO

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

- IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO.
- IMPLANTAÇÃO DE TELEFONIA RURAL NAS LOCALIDADES DE LUZILÂNDIA, VILA BAMERINDUS E POVOADO TREZENTOS.



05 – EDUCAÇÃO E CULTURA

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

ADMINISTRAÇÃO

- REFORMA EM CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DA ESCOLA ALICE SILVEIRA LIMA
- VERBAS NECESSÁRIAS AO PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS JUDICIAIS
- ASSESSORAMENTO TÉCNICO PEDAGÓGICO.
- MANUTENÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES
- AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ESCOLAS MUNICIPAIS DA SEDE: MAQUINAS DE DATILOGRAFIA, ARQUIVOS, MIMEOGRÁFOS, MÁQUINAS DE XEROX, COMPUTADORES, TELEFONES E OUTROS.
- CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS, CORPO DOCENTE, TÉCNICOS E FUNCIONÁRIOS.
- ASSINATURA DE CONVÊNIOS COM ENTIDADES DE 3º GRAU, PARA FORMAÇÃO EM ATIVIDADE EM SALA DE AULA, A NÍVEL DE 3º GRAU.
- AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES E ASSESSÓRIOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

EDUCAÇÃO DA CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS:

- CURSO DE RECICLAGEM ESPECÍFICO PARA OS PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS DO PRÉ-ESCOLAR.
- CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA PRÉ-ESCOLAR NA SEDE DO MUNICÍPIO.
- CONSTRUÇÃO CRECHE NA SEDE DO MUNICÍPIO.
- AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES E PEDAGÓGICOS.
- ASSESSORAMENTO TÉCNICO E PEDAGÓGICO.



05 – EDUCAÇÃO E CULTURA

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

ENSINO FUNDAMENTAL:

- CONSTRUÇÃO DE ESCOLA COM 04 SALAS DE AULA NA LOCALIDADE DE BOA VISTA.
- CONSTRUÇÃO DE ESCOLA COM 06 SALAS DE AULAS NO POVOADO ANAJÁS.
- CONSTRUÇÃO DE ESCOLA COM 08 SALAS DE AULA NO POVOADO 300.
- CONSTRUÇÃO DE ESCOLA COM 08 SALAS DE AULA NA SEDE DO MUNICÍPIOS.
- CONSTRUÇÃO DE ESCOLA COM 02 SALAS DE AULA NO POVOADO DO CABRAL .
- CONSTRUÇÃO DE ESCOLA COM 02 SALAS NA LOCALIDADE DE ITAIPAVAS.
- CONSTRUÇÃO DE ESCOLA COM 03 SALAS NA LOCALIDADE DE CURRAL 04.
- CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS, CORPO DOCENTE, TÉCNICOS E FUNCIONÁRIOS.
- AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS: COMPUTADORES, MÁQUINAS DE ESCREVER, MÁQUINAS CALCULADORAS, ARQUIVOS, , CADEIRAS ETC...
- MANUTENÇÃO DE ESCOLAS DA ZONA URBANA E RURAL.

• **CULTURA:**

- CONSTRUÇÃO DA CASA DA CULTURA DO MUNICÍPIO.
- INCENTIVO AOS GRUPOS FOLCLÓRICOS E Á MÚSICA POPULAR.
- CRIAÇÃO DE BANDAS EM GERAL.
- CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DA BIBLIOTECA PÚBLICA.
- EDUCAÇÃO PARA ADULTOS.

• **ENSINO MÉDIO:**

- CONSTRUÇÃO E APARELHAMENTO DE UNIDADES ESCOLARES DO 2º GRAU EM CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO.
- ALOCAÇÃO DE RECURSOS PARA MERENDA ESCOLAR.
- EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO.
- CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO DO ESTÁDIO MUNICIPAL.



06 – HABITAÇÃO E URBANISMO

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

- CONSTRUÇÃO DE UMA CASA PARA ABRIGAR OS MÉDICOS.
- CONSTRUÇÃO DE UMA CASA DE HÓSPEDES NA SEDE.
- CONSTRUÇÃO DE UMA CASA PARA PROFESSORES DO 2º GRAU.
- RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS PRÉDIOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO.

- **URBANISMO:**

- AMPLIAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA DE ENERGIA NA ZONA RURAL.
- DRENAGEM PLUVIAL NA SEDE DO MUNICÍPIO.
- OBRAS DE EXPANSÃO E INFRA-ESTRUTURA URBANA.
- CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PRAÇAS, INSTALAÇÕES DE PARQUES E JARDINS.
- CONSTRUÇÃO DA PRAÇA, COM ARBORIZAÇÃO, JARDINAGEM, MINE-PARQUE INFANTIL E ÁREA PARA PRÁTICA DE ESPORTES.
- ARBORIZAÇÃO CONSORCIADA COM ÁRVORES FRUTÍFERAS E NÃO FRUTÍFERAS, JARDINAGEM DAS PRAÇAS, RUAS E AVENIDAS.
- PODAGEM DA ARBORIZAÇÃO EXISTENTE.
- RECUPERAÇÃO DE 30 KM DE ESTRADAS VICINAIS NA REGIÃO DE JANDAIA.
- RECUPERAÇÃO DE 30 KM DE ESTRADAS VICINAIS NA REGIÃO DO AÇAIZAL.
- CONSTRUÇÃO DE 300 METROS DE PONTES NAS REGIÕES DE JANDAIA, AÇAIZAL, SÃO JOSÉ, BOA VISTA.
- RECUPERAÇÃO DE 53 KM DE ESTRADAS VICINAIS QUE LIGA PIÇARRA À BOA VISTA.
- RECUPERAÇÃO DE 34 KM DA ESTRADA VICINAL TRANSFAZENDEIRO.
- RECUPERAÇÃO DE 12 KM ESTRADAS VICINAIS NA LOCALIDADE DE LUZILÂNDIA
- ABERTURA DE 25 KM DE ESTRADAS VICINAIS DO POVOADO CABRAL À BOA VISTA.



- 03 KM CAPEAMENTO ASFALTICO NA AV ARAGUAIA E CÂNDIDA ALVES.
- RECUPERAÇÃO DE 06 KM DE ESTRADAS VICINAIS DO POVOADO DE BOA VISTA À SÃO DOMINGOS.
- RECUPERAÇÃO DE 25 KM DE ESTRADAS VICINAIS DE BOA VISTA À REGIÃO DE ITAIPAVAS
- RECUPERAÇÃO DE 25 KM DE ESTRADAS VICINAIS QUE LIGA PIÇARRA À SÃO PEDRO.
- RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NA REGIÃO DO JACUBIM.
- RECUPERAÇÃO DE 15 KM NA REGIÃO DO LOTE SETE.



07 – INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

- INCENTIVOS FISCAIS A EMPRESAS QUE SE INSTALAREM NO MUNICÍPIO, CONTANDO QUE PARA ISSO, OBEDEÇAM O QUE PRECEITUAM OS ARTIGOS 166, INCISOS E ALÍNEAS, 167 E 168 DA LOMA.
 - CONSTRUÇÃO DO BALNEÁRIO NA PRAIA DE ITAIPAVAS,
 - INCENTIVO AO TURISMO.
- INCENTIVO FISCAL E MATERIAL, PARA INSTALAÇÃO DE UMA AGÊNCIA BANCÁRIA NA SEDE DO MUNICÍPIO.

Auto

08 – SAÚDE E SANEAMENTO:

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

- VERBAS NECESSÁRIAS AO PAGAMENTO DE PRECATÓRIAS JUDICIAIS.
 - DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS.
 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.
 - RECICLAGEM DE AUXILIARES DE SAÚDE.
 - RECICLAGEM DE AGENTES DE SAÚDE.
 - RECICLAGEM DE AGENTES COMUNITÁRIOS.
 - NÍVEL SUPERIOR: 07 PROFISSIONAIS NA MESMA LINHA (28 CURSOS ANUAIS).
 - NÍVEL MÉDIO: FORMAÇÃO DE AUXILIARES DE SAÚDE.
 - FORMAÇÃO DE AUXILIARES DE SANEAMENTO.
 - FORMAÇÃO DE AUXILIARES DE EPIDEMIOLOGIA.
 - DEFINIÇÃO DO MODELO ASSISTÊNCIAL.
 - CONTROLE DE DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS.
 - ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.
 - PROCESSO PROGRESSIVO DA MUNICIPALIZAÇÃO DA SAÚDE.
 - CONTRATAÇÃO DE MÉDICOS
- ADEQUAÇÃO A REDE FÍSICA:**
- CONSTRUÇÃO DE 01 POSTO DE SAÚDE NA LOCALIDADE DE VILA OZIEL.
 - CONSTRUÇÃO DE 01 POSTO DE SAÚDE NA LOCALIDADE DE MONTE SANTO.
 - CONSTRUÇÃO DE 01 POSTO DE SAÚDE NA LOCALIDADE DE ITAIPAVAS.
 - CONSTRUÇÃO DE 01 POSTO DE SAÚDE NA LOCALIDADE DE PA DJALMA CASTRO
 - CONSTRUÇÃO DE 01 POSTO DE SAÚDE NA LOCALIDADE DE BOA VISTA.
 - REFORMA DOS POSTOS DE SAÚDE JÁ EXISTENTES.
 - AQUISIÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS.
 - EQUIPAMENTOS INSTRUMENTAIS.
 - AQUISIÇÃO DE 03 AMBULÂNCIAS.
 - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL
 - AQUISIÇÃO DE 01 UNIDADE MÓVEL DA SAÚDE



09 – SAÚDE E SANEAMENTO:

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

- **MATERIAIS TÉCNICOS E MEDICAMENTOS:**
- AQUISIÇÃO DE 80 PADRÕES DE MATERIAIS TÉCNICOS E MEDICAMENTOS PARA POSTO DE SAÚDE.
- AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRESERVATIVOS.
- AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE.

- **MELHORIA DE SANEAMENTO BÁSICO:**
- IMPLANTAÇÃO DA REDE DE ESGOTO SANITÁRIO.
- IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA SIMPLIFICADO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA OU PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS NAS VILAS E AGROVILAS.
- IMPLANTAÇÃO DE RESERVATÓRIO PADRONIZADO DE ÁGUA.
- CONSTRUÇÃO DE FOSSAS BIOLÓGICAS COMUNITÁRIAS OU IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTO NA SEDE DO MUNICÍPIO, QUE NÃO CAUSEM DANOS AO MEIO AMBIENTE.
- AQUISIÇÃO DE CAIXA COLETORA DE LIXO.
- AQUISIÇÃO DE CARRO COLETOR DE LIXO.
- AQUISIÇÃO DE TRATOR PARA COLETA DE LIXO.
- ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS.

Auto

10 – ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

- ATENDIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO A CRIANÇA, ADOLESCENTE E IDOSOS NO MUNICÍPIO.
- VIABILIZAR A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL AS CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, BEM COMO O CONSELHO TUTELAR.
- ATENDIMENTO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE, DESASSITIDO PELA FAMÍLIA.
- TRABALHO DE CONSCIENTIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE COMUNIDADE.
- FORMAÇÃO E INCENTIVO AOS CLUBES DE MÃES, ASSOCIAÇÃO DE MORADORES, DE EX-ALUNOS, DE PROFESSORES, ETC...
- FORMAÇÃO DE GRUPOS PROFISSIONAIS COM A FINALIDADE DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA, ARTESANAL, APRENDIZADO DE MARCENARIA, MECÂNICA NAVAL, COETE E COSTURA, BORDADO, AETE CULINÁRIA, ELETRÔNICA, DATILOGRAFIA, E OUTROS.
- APOIO AO ESTUDANTE CARENTE NO SENTIDO DE PROFISSIONALIZA-LO.
- CONSTRUÇÃO DE UMA CASA PARA ABRIGAR PESSOAS CARENTES DO INTERIOR DO MUNICÍPIO, QUE CHEGUEM A SEDE EM SITUAÇÕES EMERGÊNCIAIS.
- CONSTRUÇÃO APARELHAMENTO E MANUTENÇÃO DE ALBERGUE PARA IDOSOS.
- IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROJETO CIDADANIA, PARA FACILITAR A LIBERAÇÃO DE DOCUMENTOS TAIS COMO: ALISTAMENTO MILITAR, CTPS, IDENTIDADE, TITULO ELEITORAL, REGISTRO DE NASCIMENTO, E OUTROS.
- PROGRAMA DE CONSCIENTIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO FAMILIAR E TREINAMENTO A GESTANTES.
- IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CURSOS DOMÉSTICOS.
- IMPLANTAÇÃO DE CURSOS E TREINAMENTO ESPECIALIZADO PARA COSTUREIRA.



11 - TRANSPORTE:

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

- AQUISIÇÃO DE MOTO-SERRAS
- AQUISIÇÃO DE 01 ESCAVADEIRA
- AQUISIÇÃO DE 01 TRATOR DE ESTEIRA
- AQUISIÇÃO DE LANCHAS VOADEIRAS.
- AQUISIÇÃO DE MOTORES MARÍTIMOS.

